

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

IMPACTOS AMBIENTAIS - O CASO DA MICROBACIA DO ARROIO DO ESPINHO, IJUÍ - RS

Mariliane Adriana Monteiro

Boletim Gaúcho de Geografia, 24: 134-136, maio, 1998.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/39152/26329>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1998

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

Também representou-se o número de hectares em percentagem, conforme a condição do produtor. Em 1985, quem detinha a maior parte da área agrícola do município eram os proprietários, seguidos pelos arrendatários, posseiros e outros. Não se percebem significativas mudanças para o ano de 1996-1997.

Os resultados são significativos, mas pouco representativos em termos de área, não podendo ser generalizados por existirem especificidades na estrutura fundiária dos distritos municipais e não ter sido analisados ainda todos os boletins cadastrais.

A finalização do Cadastro Rural de Santo Augusto irá permitir conclusões definitivas, mais precisas, embora os dados aqui analisados já indiquem as tendências da evolução fundiária do município nas décadas de 80 e 90. Através da análise dos dados levantados no município poderia ser implementado futuros projetos para um melhor desenvolvimento, bem como o desenvolvimento tecnológico necessário para a expansão agrária do município. A Prefeitura terá um papel fundamental e poderá contar com informações representativas da realidade do município.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FIDENE/UNIJUÍ. Mapeamento de Microbacias Hidrográficas do Município de Santo Augusto, RS – Departamento de Ciências Sociais, Laboratório de Geoprocessamento e Análise Territorial, Ijuí, jan/1996.

* Bolsista do PIBIC/UNIJUÍ, Laboratório de Geoprocessamento e Análise Territorial – Depto. de Ciências Sociais, UNIJUÍ.

IMPACTOS AMBIENTAIS – O CASO DA MICROBACIA DO ARROIO DO ESPINHO, IJUÍ – RS

*Mariliane Adriana Monteiro **

O presente trabalho refere-se aos impactos ambientais decorrentes do uso do solo na Microbacia do Arroio Espinho/Ijuí, Rio Grande do Sul. São objetivos identificar os processos morfodinâmicos e a influência do homem na dinâmica dos processos naturais, que propiciam a aceleração das mudanças, causando conseqüências como erosão e poluição das águas, redução de áreas de banhados e a existência de macegas ao invés de matas.

O estudo dos impactos ambientais na área da Microbacia foi realizado com o auxílio das cartas topográficas DSG, imagem de satélite LANDSAT TM-5, fotos aéreas preto e branco, além de mapas de planos de usos e ocupação do solo urbano, declividade e classificação de solos, o que permitiu a realização de uma série de mapas temáticos que proporcionaram dados para a constatação dos principais problemas ambientais da área.

O estudo sobre os problemas ambientais da Microbacia do Espinho efetuou-se em uma parcela das condições físico-naturais do Rio Grande do Sul, através da análise

em detalhe da região de abrangência da microbacia, pois o ambiente é resultante da íntima associação e complementação de quatro variáveis naturais que organizam, modelam e compõem a crosta terrestre: a litosfera (geologia), a hidrosfera (hidrografia), a atmosfera (clima) e a biosfera (formas de vida das quais destaca-se a vegetação).

Os dados da área da microbacia foram levantados buscando-se uma leitura da dinâmica local através dos processos morfodinâmicos e da interferência do homem por meio da colonização, do uso e da ocupação do solo, como também das transformações ocorridas em virtude da evolução agrícola e da urbanização.

O presente trabalho foi desenvolvido em três partes. Numa primeira parte buscou-se a caracterização geral da área de abrangência da microbacia do Arroio Espinho, com a finalidade de identificar os elementos antrópicos e naturais que configuram a paisagem atual, bem como os principais problemas ambientais manifestados na área. Efetuou-se levantamentos bibliográficos, levantamento de campo e de documentos cartográficos. A segunda parte da pesquisa foi realizada com base nas informações colhidas tendo como meta compreender as modificações consideráveis da paisagem no período de 1968 a 1995. Foi neste período que ocorreram grandes impactos na área, devido à modernização da agricultura que se deu na região a partir dos anos de 1960, e à expansão da área urbana de Ijuí a partir de 1970. A última etapa constituiu-se em uma avaliação dos impactos causados pela ação antrópica na referida paisagem, estabelecendo uma interrelação dos mesmos com a qualidade de vida da população, como também as possíveis tendências desses processos.

Os problemas ambientais decorrem, por um lado, do acelerado crescimento urbano, devido à ineficácia dos instrumentos de controle e à conseqüente impossibilidade do poder público de oferecer infra-estrutura satisfatória e, por outro, do processo de modernização da agricultura manifestado pelo manejo inadequado do solo.

Reportando-me ao espaço em estudo, a área da abrangência da microbacia do Espinho apresenta vários problemas decorrentes do acelerado grau de urbanização em Ijuí. A expansão das fronteiras legais do urbano em direção ao rural vem transformando de forma acelerada o quadro ambiental da microbacia do Espinho. Mas, não são somente as questões de urbanização que agravaram o quadro ambiental. Também o modelo agro-exportador, instalado na região a partir da década de 60, descaracterizou a agricultura colonial vigente em quase todo o Noroeste do RS, em especial na microrregião de Ijuí.

Na área da microbacia do Espinho verificou-se que o controle da expansão urbana não tem seguido as regras do PDDI, pois as áreas de risco e preservação permanente, não apresentam um planejamento efetivo de controle na ocupação ou de preservação ambiental. O Arroio Espinho por exigência do crescimento urbano e demográfico foi desviado de seu curso, canalizado e capeado. Também vem sendo utilizado como depósito de lixo doméstico, de local de entulhos e de outros poluidores químicos, o que passa a modificar a fluidez de suas vazão e qualidade de suas águas, além de decorrer em desmatamento constante nas suas nascentes e encostas.

A agricultura na área da microbacia do arroio Espinho tem gerado problemas ambientais de dois tipos: o primeiro deve-se a sua intensificação, especialmente para determinados cultivos, o não respeito às áreas que não são favoráveis ao cultivo agrícola, o uso intensivo de insumos químicos e de mecanização, resultando em limitações

quanto à manutenção dessa produção e de sua produtividade ao longo do tempo. Em consequência, são crescentes os problemas de contaminação química do solo e da água, de erosão e perda da capacidade produtiva do solo. O segundo deriva das condições das atividades econômicas, em especial a concentração fundiária associada à modernização conservadora, com a sobre-utilização dos recursos naturais e de alteração de ecossistemas extremamente frágeis

A complexidade da construção dos espaços urbanos e rurais exigem um gerenciamento, entendido como processo e não meramente produto. Faz-se necessário superar em todos os níveis a dicotomia homem/natureza, sob o risco do comprometimento da sobrevivência ou, no mínimo, da qualidade da sobrevivência do homem no planeta.

* Acadêmica de Geografia na UNIJUÍ. Trabalho realizado sob a orientação da professora Bernadete Maria de Azambuja (Departamento de Ciências Sociais da UNIJUÍ).

A OCUPAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DELTA DO JACUÍ

Maurício Meurer

*Dilermundo Cattaneo da Silveira **

Este trabalho tem o objetivo de realizar um estudo mais aprofundado e atualizado das áreas urbanizadas e alteradas pela ação antrópica no Parque Estadual Delta do Jacuí (criado pelo Decreto estadual nº 24.385 de 14/01/1976), já que houve muitas mudanças no local desde a publicação do seu Plano Básico de Manejo, realizado em 1979.

Sendo um local de morfologia peculiar, rico em espécies de fauna e flora, o Delta do Jacuí é um local de interesses ecológicos. Devido à sua proximidade com a região central da cidade, ele foi alvo de ocupações desde a chegada dos primeiros casais açorianos a Porto Alegre. A primeira área a ser ocupada foi a Ilha da Pintada, já em 1813. A partir daí, as ilhas tiveram um crescimento populacional regular, até a construção da rodovia que atravessa o parque (Travessia a Seco do Guaíba). Os operários que trabalharam na obra acabaram instalando-se junto à estrada (local mais alto devido aos aterros). A Ilha da Pintada teve um crescimento mais expressivo, sendo também o mais organizado devido às intervenções da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Atualmente, além das margens da estrada, a população também ocupa os diques marginais (áreas mais elevadas nas bordas das ilhas formadas pelo acúmulo de sedimentos depositados em épocas de cheias). Isto ocorre principalmente na Ilha Grande dos Marinheiros, na Ilha das Flores e na Ilha da Casa da Pólvora. Entretanto, o interior de algumas ilhas (local de banhados) já apresenta algumas formas de ocupação (principalmente palafitas). A porção norte da Ilha do Pavão, antigo depósito de lixo que contaminou o lençol freático, possui diferenciadas formas de ocupação. A Ilha da Pintada é o único lugar em todo o parque em que existe uma área urbana devidamente regulamentada.

Após a finalização da Travessia a Seco, a população de alta renda começou a construir casas de veraneio na margem direita do Rio Jacuí, defronte à Ilha das Flores.